

A escuta psicanalítica

Margarida Viñas Ribeiro Lima¹

RESUMO

O presente trabalho visa a pormenorizar as particularidades da escuta psicanalítica, caracterizando-a. Ele compreende a escuta como ato de reconhecimento do sujeito do inconsciente, tal como entendido pelo psicanalista, considerando ainda que a resposta do analista é o que permite o prosseguimento da fala. Enquanto ato de reconhecimento, a escuta é ato; ensejando o amor de transferência, é o primeiro ato psicanalítico.

Palavras-chave: Escuta. Clínica psicanalítica. Transferência.

Na literatura psicanalítica, de modo geral, dispensa-se mais atenção às manifestações sintomáticas, às estruturas clínicas e aos fenômenos psíquicos, falando-se menos da atuação clínica propriamente dita — não com foco no analisando, na evolução de seu caso e nas alterações de seus sintomas, mas com enfoque no próprio fazer do analista. E, quando a clínica é abordada, discorre-se sobre a ética, os tipos de intervenções, o *setting*, deixando, no tocante à escuta, certa lacuna, como se ela fosse algo já posto, sobre o qual nada mais houvesse a considerar, isto é, como se o espaço da supervisão fosse único para tutelar a prática que lhe concerne. Afinal, o que dizer das particularidades da escuta psicanalítica?

Almejando fazer falar a escuta, começemos pela disjunção dessa expressão formada por um substantivo e um adjetivo que o qualifica,

1 Psicanalista, membro associado do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPdePA).

a fim de investigar o que é uma escuta e por que ela pode se dizer psicanalítica. Consideremos o termo “escuta”. De início, podemos dizer que se trata da substantivação do verbo “escutar”, portanto da alteração morfológica de algo que está no campo de uma ação, como um ato. E que ação é essa? Escutar é mais do que ouvir. Enquanto ouvir é um ato fisiológico, escutar é um ato psicológico, definido pelo seu objeto ou pelo seu desígnio (BARTHES, 2018). Baseada na audição, que temos em comum com muitos animais, se erige a escuta, a partir do fenômeno físico das ondas sonoras. Invisíveis, impalpáveis, elas são recebidas pelo nosso aparelho na forma de sons.

A física nos ensina que, a partir das ondas sonoras, a noção de distância se faz ver, denunciando o movimento entre emissor e receptor. Chama-se “efeito Doppler” o fenômeno físico ondulatório originado pela aproximação ou afastamento relativo entre o propagador das ondas e o seu observador. Se o emissor das ondas está se afastando do seu observador, as ondas se propagam com maior comprimento e menor frequência, gerando, portanto, sons mais graves. Do contrário, se o emissor está se aproximando do observador, a propagação das ondas será caracterizada por menor comprimento e maior frequência, gerando sons mais agudos.

Atualmente, entre uma enorme gama de serventias, o efeito Doppler é utilizado para avaliar o fluxo sanguíneo em exames de ecografia, fornecendo uma imagem do modo como o sangue circula dentro do corpo humano. Assim, não apenas as noções de tempo e espaço, mas também as de fluxo e ritmo são fornecidas pelo encadeamento sucessivo de imagens sonoras, entre nós captadas pelo nosso aparelho auditor.

A escuta revela, pois, uma função de interpretação de diferenças, seja por sua intensidade, seu volume, sua altura ou seu ritmo. Após o alerta provocado pela diferença (o ruído monótono dos sons cotidianos não costuma atrair a atenção), há uma tentativa de interpretá-la. Ouve-se para escutar.

O canto do pássaro, sobressaindo entre os demais sons, convoca a fêmea para o acasalamento. Os ruídos da cidade, dependendo do seu ritmo, mostram que as coisas estão em ordem ou que há um perigo iminente. Por sua vez, a chaleira apitando no fogão, o barulho das crianças brincando e o tom dos adultos conversando apontam que o dia é apenas um como qualquer outro. Para o nascituro, o coração da mãe impõe o primeiro ritmo, numa sucessão de escutas em que, posteriormente, o som da voz materna pode ser acalanto, e os ruídos da casa, a segurança de um ambiente conhecido.

Do lado da mãe, a escuta que ela faz ao decifrar nos primeiros choros ou gritos do bebê a sua necessidade é o que o mantém vivo e o que permite que ele se desenvolva. O bebê repete o ato que provocou a resposta da mãe, e essa repetição, associada a uma ação reativa a ela, vai propiciar uma comunicação inicial entre ambos. Sem a resposta às demandas iniciais do bebê, associada por ele ao apelo que fez (grito, choro e depois palavras), não há registro de linguagem possível no seu desenvolvimento. A escuta da mãe é, portanto, um ato, ou melhor, uma ação ou uma reação de resposta a um apelo do filho. Nesse nível, a linguagem também é algo que os animais possuem: reações a um ato ou mesmo a uma fala. Basta lembrar o cão buscando o brinquedo sob determinado comando.

Entre nós, a resposta ao apelo do desamparo inicial é paulatinamente intermediada por signos mais complexos. O que era um símbolo da necessidade (grito, choro) vai se transformando em palavras, respondidas por alguém que, ao decifrar aquele apelo, escuta-o. Como lembra Lacan, se há que ser definido um momento em que alguém se torna um ser humano, é esse, o de sua entrada na relação simbólica. Segundo Lacan (1953-1954), a introdução do signo é, além disso, a entrada de um terceiro elemento na relação dual, um elemento de mediação que, ao situar duas pessoas em presença, as modifica. A inserção na linguagem tem por efeito romper com a dualidade mãe e bebê e, portanto, individualizar cada um deles.

A escuta da mãe, ao introduzir o símbolo na relação com o bebê, provoca o rompimento da totalidade entre ambos. Ao reconhecer a fala do seu filho, faz-se o corte dessa relação total, permitindo que, além de humano, o pequeno ser se torne sujeito de demandas e desejos, e a impossibilidade desse reconhecimento tem consequências profundas na estrutura do sujeito. Nas palavras de Levinas (1980, p. 27):

O discurso, pelo simples facto de manter a distância entre mim e Outrem, a separação radical que impede a reconstituição da totalidade e que é pretendida na transcendência, não pode renunciar ao egoísmo da sua existência; mas o próprio facto de se encontrar num discurso consiste em reconhecer a outrem *um direito* sobre o egoísmo e assim em justificar-se.

A escuta do discurso do outro é, portanto, ato: um ato de reconhecimento de que ali há um sujeito. Evidentemente, para que isso possa ocorrer, é necessário que quem vai realizar a escuta esteja apto para tanto, ou seja, é requisitado alguém capaz de reconhecer a alteridade: um sujeito atravessado pela castração.

Butler (2019) aponta que, dada a precariedade da vida, há que se admitir a dependência de condições para sobrevivência que passem necessariamente pelo reconhecimento do outro. Ainda, a própria existência é pautada pela necessidade de reconhecimento constante de um Outro que se volta para nós reatualizando o sujeito que, naquele momento, somos:

Quando reconhecemos o outro, ou quando pedimos por reconhecimento, não estamos pedindo para que um Outro nos veja como somos, como já somos, como sempre fomos, como éramos constituídos antes do encontro em si. Em vez disso, ao pedir, ao fazer um apelo, já nos tornamos algo

novo, uma vez que somos constituídos em virtude de ter alguém se dirigindo a nós, uma necessidade e desejo pelo Outro que ocorre no sentido mais amplo da linguagem, sem o qual não poderíamos existir. Pedir por reconhecimento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir reconhecimento pelo que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro. É também apostar a própria existência de si, e a própria persistência na existência de si, na luta pelo reconhecimento (BUTLER, 2019, p. 74).

Escutar é, portanto, reconhecer. E, justamente por implicar um reconhecimento, a escuta é ativa: ela produz o sujeito, o reatualiza. Lacan chega a afirmar que o sujeito (*Je*) não nasce a partir daquele que enuncia o discurso, e sim daquele que o escuta (LACAN, 1961).

Evidentemente, portanto, para que essa ação se produza, a presença do outro é imprescindível. Em qualquer forma de comunicação, há sempre um emissor e um receptor — alguém que fala e alguém para quem essa fala é dirigida (ainda que não se saiba defini-lo). Além disso, para que a escuta seja possível, é necessário que ambos tenham uma linguagem comum: há que ser possível compreender na língua que se vai escutar, seja ela língua materna, língua de sinais ou qualquer outra. Os códigos têm que passar por um campo compartilhado; de outra forma, seria como ouvir uma língua estrangeira: a frase é perfeitamente escutada, mas é uma sentença morta.

Alegando que a escuta só pode se definir pelo seu objeto ou, ainda, pelo seu desígnio, Barthes (2018) nos propõe três tipos de escuta. A primeira é uma escuta de indícios, uma escuta alerta: sons de passos no corredor denunciam a aproximação de alguém, o ruído das folhas ao se mover indica haver ali um animal. Trata-se de algo similar ao que Charles Peirce (2005) denominou “signos de índices”, que denunciam certa relação entre o que se escuta e o objeto, por revelar

uma conexão dinâmica (inclusive espacial) do objeto individual, por um lado, com os sentidos ou a memória daquele a quem serve de signo, por outro lado. Nesse nível de escuta, nos diz Barthes (2018), nada distingue o animal do homem.

A segunda escuta é uma decodificação dos signos que estão por trás daquilo que se ouve, como uma decifração dos códigos que se fazem perceber. Por fim, a terceira escuta já não busca a significação concreta das ondas sonoras que se mostram como signos, mas busca alcançar aquele que fala, o sujeito que as emite. Há certa transcendência, por meio da qual o inconsciente se sobrepõe para fazer valer o que está por trás do que é dito. Essa escuta tem lugar no espaço intersubjetivo em que entra em cena o jogo transferencial, só concebível com a determinação inconsciente (BARTHES, 2018). É a escuta plena, ou a escuta psicanalítica.

Assim, o termo “psicanalítica”, aplicado à escuta, adjetiva-a e, apologizando a expressão latina *inclusio unius alterius est exclusio*,² exclui da escuta assim qualificada tudo que não for de sua alçada. A partir daqui, não se trata mais de qualquer escuta, mas de uma escuta cujo campo de ação é circunscrito por um objeto ou por um desígnio determinado.

A escuta psicanalítica tem por objeto o inconsciente. O que isso quer dizer? Quer dizer várias coisas, a primeira delas é que o fazer de cada psicanalista será diferente tendo em vista a concepção que possui do que é o inconsciente. Na sua primeira teoria do aparelho psíquico, Freud concebia o inconsciente, em seu sentido tópico, como um âmbito constituído por conteúdos recalçados, só acessíveis à consciência depois de superadas certas resistências. Como metáfora, Freud (1912b) utiliza-se da tecnologia da fotografia de sua época: havia os negativos, e apenas os negativos que pareciam conter uma boa imagem seriam revelados. Desse modo, o analisando podia falar apenas

2 Equivale a dizer que, quando se inclui um, o outro fica excluído: quando há uma especificação, tudo que não estiver contido nela fica de fora.

o que lhe era permitido dentro do seu sistema de recalçamento. Se algumas coisas escapavam, era porque uma formação de compromisso havia permitido o retorno do recalçado.

Partindo dessa ideia, uma escuta deveria alcançar não apenas as resistências, mas principalmente os desejos recalçados e escondidos, fornecendo interpretações sobre a verdade inconsciente do sujeito. Essa concepção do inconsciente, ainda arraigada em resquícios da primeira tópica, e principalmente nela, justifica as dificuldades de Freud no tratamento dos psicóticos, em que não há um inconsciente marcado por conteúdos recalçados que devem emergir à consciência, tampouco uma verdade a ser revelada.

Mesmo depois do advento da segunda tópica, quando o inconsciente passa a ser compreendido mais como um adjetivo do que como uma instância especial, passando a qualificar o id e também, em parte, o eu e o supereu (LAPLANCHE; PONTALIS, 1998), a ideia de tornar consciente o inconsciente manteve-se intacta. É o que Freud (1933 [1932]) revela por meio da expressão *Wo es war, soll Ich werden* na Conferência XXXI.

Lacan, por sua vez, distingue o que poderia ser do âmbito de uma verdade do inconsciente de um saber que o sujeito possa ter sobre si. Essa verdade jamais poderia se transformar em um saber; ela só pode ser alcançada por um meio-dizer. O inconsciente, para Lacan, é estruturado como uma linguagem, e por isso a sua verdade é da ordem do código, da língua (CALIGARIS, 1991). Como linguagem, o inconsciente fala, portanto o inconsciente é o lugar de uma enunciação. E o que é enunciado por meio da fala do sujeito sofre a influência de diversos fatores, entre os quais a pergunta *Que vuoi?* destinada a quem aquela fala se dirige.³

O discurso inconsciente trata-se, pois, de uma linguagem em código, e sua significação só tem sentido quando referente a uma outra significação. E a vida da frase só tem sentido a partir do sujeito que

3 As interferências no discurso podem ser facilmente visualizadas por meio do grafo do desejo, de Jacques Lacan.

a escuta, pois a ele está reservada a sua significação (LACAN, 1955-1956). Por isso, devemos desprezar qualquer busca pelo significado do que está sendo dito; a própria linguística diz que alcançá-lo não está em um campo de possibilidades.

Além disso, é da natureza da significação se fechar para aquele que a ouve. Desse modo, a participação do ouvinte do discurso é permanente, o falar está vinculado ao escutar, que não é mais físico, mas está no próprio fenômeno da linguagem. Ouvir e falar são, portanto, direito e avesso (LACAN, 1955-1956). Esse é outro motivo para se afirmar que toda escuta é ativa: é a própria razão da continuidade da fala. Mais se fala onde mais se é escutado.

Com efeito, o analista assume um papel na fala do sujeito, na medida em que ela consiste, para esse último, em um ato em que ele não apenas diz de si próprio, mas se faz reconhecer (LACAN, 1953b). Se em uma escuta comum há um reconhecimento de um ser humano por outro, na escuta analítica não apenas o analista reconhece o sujeito como sujeito do inconsciente, mas o próprio sujeito o faz.

Da parte do analista, o reconhecimento do sujeito do inconsciente, ao escutá-lo, é o primeiro ato analítico. Da parte do analisado, tomar um analisando em tratamento após ouvir sua demanda inicial implica um ato em que o aceita, aceita-o como ser humano, aceita escutá-lo — apesar de suas dores, ansiedades, lamentos, crueldades etc. Esse ato não é sem efeitos e explica a melhora sintomatológica dos pacientes no início de uma análise.

Contudo, além de do reconhecimento que há ali um sujeito, sujeito do inconsciente, há que se escutar um desejo que se quer fazer revelar. Com Lacan, não se trata mais da passagem desse desejo para a consciência, como entendia Freud, mas de sua passagem para a fala. E é preciso que essa mensagem cujo código se perdeu e cujo destinatário morreu seja ouvida pelo analista (LACAN, 1953b).

Para que essa mensagem possa ser buscada, Freud (1912a) estabeleceu a *regra psicanalítica fundamental*, dirigida tanto ao psicanalista

quanto ao analisando. Para este, a regra significa que ele deverá falar em análise tudo aquilo que percebe em sua auto-observação, sem qualquer seleção. De sua parte, o psicanalista deverá utilizar tudo que lhe foi dito para fins de interpretação, sem priorizar escolhas. Orientando como deve se pautar a escuta psicanalítica, Freud utiliza-se do modelo de um aparelho telefônico: o psicanalista deve se valer de seu próprio inconsciente como um órgão receptor para poder sintonizar com o inconsciente transmissor do paciente, reconstituindo as ocorrências que lhe forem sendo trazidas, ou seja, convertendo a mensagem recebida em uma interpretação.

Evidentemente, a leitura dessa mensagem não é isenta de problemas, equívocos e dificuldades. Freud adverte que, para que essa leitura seja possível, o psicanalista deve ser analisado, já que suas próprias resistências causariam interferências no processo, selecionando e deformando o material analisável, o que seria inclusive muito mais nocivo do que o que poderia advir de sua tensão consciente. Freud (1912a, p. 99) chega a mencionar a palavra “purificação” (*Purifizierung*) para falar da necessidade de o psicanalista se haver com seus próprios complexos antes de poder conduzir uma escuta psicanalítica.

As dificuldades em se fazer essa escuta não param aí, já que a mensagem é sempre ambígua, pois a fala tem a função tanto de velá-la quanto de desvelá-la. Assim, há que se ater à plurivalência de suas intenções, com respeito a seu contexto, de um lado; de outro, ao dualismo entre significante e significado (LACAN, 1953a). Ou seja, de um lado, a transferência: por que o sujeito está dizendo aquilo, naquele momento, ao analista? De outro, a decifração da mensagem criptografada, ocultando o desejo em uma bateria significante.

É nessa dimensão dúplice que a escuta psicanalítica se baseia. Sendo “estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem” (LACAN, 1955-1956, p. 142), o inconsciente tem como condição *sine qua non* de sua existência o sistema simbólico. Daí advém o papel fundamental do significante na constituição do sujeito.

Entre tantos significantes que emergem na fala do sujeito, quais são os de maior valor? Quais devemos buscar? Em que direção aguçar os ouvidos, tal o cão que levanta as orelhas para rastrear a direção de sua caça? Devemos buscar os significantes mestres, os significantes que contêm a letra, os que se repetem e ressoam.

Todavia, como alertamos anteriormente, encontrar os significantes nos quais o sujeito se conta não torna, por si só, a escuta psicanalítica. A escuta se torna psicanalítica quando, além do que o sujeito não pode dizer (ou do que ele não pode “se dizer”), pode-se escutar certa intencionalidade no simples fato de ele vir a dizer aquilo: a transferência. Toda fala é direcionada a um Outro outrificado, ou seja, a um Outro que em algum momento se mostra na frente do sujeito como um pequeno outro, um outro semelhante ou um objeto de desejo.

O que o sujeito busca quando se refere a si mesmo, diante do analista, como uma pessoa boa, ou vil, ou indiferente? De que se trata quando, não podendo dar palavras para dizer o que se passa com ele, o sujeito precisa atuar alguns comportamentos? Em que papel ele coloca o analista quando o agride, quando se enfurece ou mesmo quando lhe dirige o amor de transferência?

Poder se haver com essa intencionalidade, para além das interpretações significantes, é o que caracteriza a escuta psicanalítica. Contudo, essa intencionalidade não necessariamente precisa ser interpretada em si mesma, apenas manejada, de maneira que o analisando continue a falar, desenvolvendo outros desdobramentos.

Escutar os códigos e a transferência é uma boa parte do trabalho do psicanalista; contudo, ainda não é o suficiente. Pelo fato de a escuta psicanalítica se tratar de uma escuta ativa, há que se compreendê-la ativa; do contrário, nossos pacientes poderiam falar com as paredes. Há que se mostrar a cada momento que é o inconsciente que se está ouvindo. “Toda fala pede uma resposta”, nos diz Lacan (1953b, p. 248), explicando que não há fala sem resposta. No seu seminário sobre “A carta roubada” Lacan (1955) já falava que toda carta chega

ao seu destinatário, o que quer dizer que a mensagem inconsciente sempre chega ao inconsciente do Outro, mesmo que este não tenha ciência disso.

Um parêntese aqui: o que vale para o analisando vale também para o analista. O inconsciente do analisando também sabe ler, razão pela qual se reitera a necessidade de o analista se submeter a uma boa análise. Poder-se-ia até dizer que, quanto mais análise, melhor o analista. Mas não basta: é preciso *saber* fornecer a resposta. Se a fala pede uma resposta, a escuta se torna interpretação (ainda que muitas vezes a interpretação seja silenciar, efetuar o corte ou mesmo revelar o *nonsense*) do que é dito.

Havendo ouvinte, não há fala sem resposta, mesmo que esta seja o silêncio. Aliás, em uma sala de análise, o silêncio é uma fala eloquente, melhor do que respostas à fala vazia, bem mais frustrante do que o silêncio — isso para ambas as partes. Além disso, se é por meio do ego que o sujeito fala, não pode haver resposta adequada para seu discurso, cujo reconhecimento seria apenas o do gozo alienado como resposta a um outro. Por isso, o psicanalista também deve ter “ouvidos *para não ouvir*” (LACAN, 1953b, p. 255, grifo do autor), podendo separar o que deve ou não ser escutado.

Lacan distingue a fala vazia da fala plena. Na primeira, o sujeito fala em vão, incapaz de relacionar o que fala com a assunção de um desejo. Por outro lado, na fala plena, relaciona ao momento presente as origens da sua pessoa, em uma vacilação entre o imaginário e o real, fazendo nascer a verdade na fala, em uma realidade que não é verdadeira nem falsa. É a fala plena, presente, que declara a verdade do sujeito, pelo menos a verdade daquele momento, compactada pela sua realidade atual. Essa fala produz o efeito de “reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir” (LACAN, 1953b, p. 257). Isso porque a fala — e o modo como o sujeito se conta — é sempre suscetível às interpretações dos fatos e do humor do momento, fazendo pender a balança para um ou outro lado do

conflito, de acordo com a sua realidade atual. Desse modo, lembra Lacan (1953b), em uma época, um tumulto no *faubourg* Saint-Antoine pode ser encarado como vitória ou derrota do Parlamento; noutra, como derrota ou vitória do proletariado. E a assunção de sua história pelo sujeito em uma fala endereçada a um outro é o fundamento da psicanálise.

Para que emerja essa história, nas suas múltiplas versões, há que se ficar alerta aos indícios do que está oculto no uso de elipses, pleonasmos, hipérbatos, repetições, metáforas, catacreses, metonímias, alegorias e neologismos. Também se deve atentar a todas as possibilidades interpostas pelas substituições sincrônicas e diacrônicas no uso da linguagem, assim como na vacilação do seu uso: o ato falho, o lapso, o chiste. Tudo isso, que fala, pede respostas, seja pelo silêncio, por uma indagação, por uma pontuação ou da maneira que for. Essa resposta, desde que o psicanalista esteja ouvindo, tem o caráter de uma interpretação. Desse modo, psicanaliticamente, escutar é interpretar.

A escuta psicanalítica, colocando o sujeito do inconsciente em cena, traz à baila o pouco de realidade do sujeito em relação aos seus conflitos e fixações imaginárias, em uma experiência intersubjetiva na qual o seu desejo é reconhecido. Não há psicanálise sem escuta. Só a escuta faz nascer o amor. Entre nós, é a escuta que propicia a instalação do amor de transferência que torna possível toda análise.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. Escuta. In: BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 2018. p. 235-248.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALIGARIS, C. O inconsciente em Lacan. In: KNOBLOCH, F. (org.). **O inconsciente**: várias leituras. São Paulo: Escuta, 1991. p. 166-182.

FREUD, S. (1912a). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. *In*: FREUD, S. **Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 93-106. (Obras incompletas de Sigmund Freud).

FREUD, S. (1912b). Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 275-288. (Edição standard brasileira, 12).

FREUD, S. (1933 [1932]). Ansiedade e vida instintual – Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. p. 85-112. (Edição standard brasileira, 22).

LACAN, J. (1953a). Discurso de Roma. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 133-172.

LACAN, J. (1953b). Função e campo da fala e da linguagem. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, J. (1953-1954). **O seminário, livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, J. (1955). O seminário sobre “A carta roubada”. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 13-66.

LACAN, J. (1955-1956). **O seminário, livro 3**: as psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, J. (1961). A metáfora do sujeito. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 903-907.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

PIERCE, C. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

The psychoanalytical hearing

ABSTRACT

The present study's goal is to detail the singularities psychoanalytic hearing has, characterizing it. This study perceives such hearing as an act of acknowledgement of the subject of the unconscious, as understood by the analyst, also considering that the analyst's response is what allows the speech to continue. While an act of acknowledgement, hearing is an act; experiencing the love of transference, it's the first psychoanalytical act.

Keywords: Hearing. Psychoanalytic clinic. Transference.

Recebido em 13/06/2022

Aceito em 22/11/2022